

O PROCESSO DE REFORMA EDUCACIONAL NO SISTEMA ESTADUAL DE ENSINO DE GOIÁS: DA INDUÇÃO A CULTURA DE AVALIAÇÃO ÀS CONTRADIÇÕES NA GESTÃO DOS PROCESSOS EDUCATIVOS E NO TRABALHO DO DIRETOR ESCOLAR

Luís Gustavo Alexandre Silva
Universidade Federal de Goiás (UFG)
luis_gustavo_silva@ufg.br

INTRODUÇÃO

O presente estudo refere-se aos resultados parciais alcançados pela pesquisa sobre “O processo de reforma educacional e os impactos sobre a gestão da escola pública no sistema estadual de ensino de Goiás”, que tem como objetivo analisar os efeitos e as consequências educativas da implementação do Sistema de Avaliação Educacional do Estado de Goiás (SAEGO), constitutivo do processo de reforma educacional, em conjunto com outros programas educacionais instituídos pelo Pacto pela Educação, na gestão da escola pública e no trabalho do diretor escolar.

A pesquisa origina-se da análise de documentos oficiais da Secretaria de Estado de Educação, Cultura e Esportes de Goiás (SEDUCE), destinados à formulação e implementação de políticas públicas educacionais. Em relação aos documentos oficiais da secretaria que foram selecionados para análise, destaca-se o Pacto pela Educação e o relatório de monitoramento do SAEGO.

A pesquisa utiliza-se também de revisão de literatura realizada por meio de consultas a banco de teses e dissertações defendidas, que tratam sobre o processo de reforma educacional em Goiás. Após a análise documental e a revisão de literatura, foram elaborados questionários com questões de múltipla escolha para serem aplicados aos diretores de escolas públicas estaduais. As questões foram formuladas a partir de conceitos específicos de investigação provenientes do campo da gestão escolar, da avaliação e do currículo, oriundos do processo de revisão de literatura. Os questionários foram elaborados na plataforma Forms e enviados aos diretores escolares pelo *e-mail* institucional da SEDUCE em setembro de 2018.

A constituição da amostra relativa ao número de escolas públicas participantes da pesquisa e à quantidade de questionários a serem enviados aos diretores escolares deu-se pela definição de escolas públicas estaduais vinculadas à Coordenadoria Regional de Educação, Cultura e Esporte de Goiânia (CRECE-Goiânia), localizada na capital do estado de Goiás. Essa é considerada a mais

representativa das coordenadorias em relação ao número de escolas vinculadas, em comparação com as demais distribuídas no interior do estado.

A totalidade das 131 escolas vinculadas à CRECE-Goiânia foram convidadas a participar da investigação científica por meio do envio do questionário, via *e-mail* institucional da SEDUCE. Apesar do envio dos questionários a todas as escolas públicas pertencentes à CRECE-Goiânia, obteve-se o retorno de 91 questionários. Dessa forma, considerando que se trata de um sujeito por escola, a pesquisa contará com a amostra de 91 participantes diretores escolares, número correspondente ao universo total de representatividade das escolas dessa coordenadoria regional, satisfazendo ao percentual de 95% de nível de confiança com 6% de margem de erro.

REFORMA EDUCACIONAL E CULTURA DE AVALIAÇÃO

No final da década de 1990, no campo da política e gestão educacional dissemina-se, sobretudo, em relação à organização e gestão escolar, o paradigma gerencial, que tem por objetivo transferir para a especificidade da cultura institucional da escola a lógica, os processos e o padrão administrativo empresarial, centrado na eficiência e na eficácia. No caso específico da educação, as políticas de descentralização e responsabilização estão alinhadas à constituição de rigorosas políticas de avaliação e controle de desempenho, que contribuem para incitar relações de competição entre os estabelecimentos e agentes escolares, o que representa, na prática, a introdução de parâmetros meritocráticos no universo educacional. A meritocracia se materializa nas práticas de gestão, ao orientar uma política que se desenvolve com base na aplicação de testes em larga escala, divulgação de resultados e recompensa por meio de bonificações (MARTINS, 2001; SANTOS; ANDRADE; MARQUES, 2019).

Do ponto de vista da consolidação dos princípios gerenciais, a institucionalização de uma cultura de avaliação, pautada em resultados educacionais e desempenho em sistemas avaliativos, apresenta-se como um elemento essencial. O principal objetivo das políticas públicas educacionais, cujo suporte teórico origina-se dos princípios gerenciais e dos parâmetros avaliativos, consiste em alterar a cultura escolar, ou seja, interferir com significativo grau de profundidade na organização e gestão do trabalho realizado na escola, a ponto de se fazer

interiorizar pelo conjunto dos agentes escolares, em especial pelos diretores, em razão de seu papel mediador responsável, tanto pela implementação das políticas como pela condução do trabalho coletivo.

Nesse contexto, o papel dos diretores escolares torna-se ainda mais complexo, sendo obrigado a se adaptar às orientações estabelecidas pelos órgãos governamentais, responder aos compromissos administrativos, distribuir o coletivo escolar na nova estrutura organizacional, submeter a comunidade escolar aos procedimentos avaliativos de desempenho e, ao mesmo tempo, lidar com as contradições relativas à dimensão da gestão, dos processos educativos e das relações de poder no espaço escolar (LIBÂNEO; FREITAS, 2018; SANTOS; ANDRADE; MARQUES, 2019).

Evidentemente esse *status* constituído a partir dos novos parâmetros de regulação é permeado por contradições e sofre constantes hibridizações. O estudo a respeito desse contexto e do perfil dos diretores pode ser considerado relevante para compreendermos o contraditório processo de gestão escolar. No caso específico de Goiás, a implementação da reforma educacional inicia-se em 2011, com a apresentação do documento “Pacto pela Educação: um futuro melhor exige mudanças”. Lançado no governo de Marconi Perillo (2010-2014), esse documento contém diretrizes e orientações concernentes à gestão, ao currículo e ao processo de avaliação realizados na estrutura educacional do sistema estadual de ensino.

Em sincronia com o processo de reforma educacional criam-se diversas políticas de avaliação em larga escala em Goiás, capazes de definir objetivos de proficiência para o desempenho dos alunos e das escolas. Com o objetivo de implementar essa política na educação básica no estado, foi formulado o SAEGO, em 2011, com o objetivo de produzir diagnósticos sobre o nível de proficiência dos alunos matriculados na rede estadual de ensino e nas escolas particulares conveniadas (GOIÁS, 2011, 2015).

CONCLUSÕES

Os estudos realizados permitiram identificar como o SAEGO pode interferir na gestão da escola e no trabalho do diretor. Em relação à articulação da gestão da escola com os procedimentos de avaliação, os dados da pesquisa revelam que o sistema de avaliação tem significativa interferência na formulação, motivação e

avaliação do trabalho pedagógico realizado na escola, mas não se constitui como um princípio incontestável de ação educativa no cotidiano escolar.

O ambiente de preparação para as avaliações, melhoria de resultados do IDEB, competição pelos melhores alunos e a imagem da escola associada a índices educacionais, apesar de serem elementos existentes no sistema estadual de ensino do estado, considerados, por muitos diretores, como presentes na escola, não se constituem como uma referência incontestável de gestão e organização do trabalho escolar na maioria dos estabelecimentos de ensino. Isso significa que, apesar da forte persuasão das políticas avaliativas e relevante interferência na indução das ações pedagógicas na escola, não é possível confirmar, ainda, a existência de uma cultura de avaliação instituída como critério absoluto para a tomada de decisões na ação dos agentes e na gestão da escola.

REFERÊNCIAS

GOIAS. Secretaria de Estado de Educação, Cultura e Esportes de Goiás (SEDUCE). **Pacto pela Educação**: um futuro melhor exige mudanças. Goiás, 2011. Disponível em: <http://www.seduc.go.gov.br/especiais/pactopelaeducacao/docs/MicrosoftPowerPoint>. Acesso em: 8 fev. 2019.

GOIÁS. Secretaria de Estado de Educação, Cultura e Esportes de Goiás (SEDUCE). Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação (CAEd). **Revista do Sistema de Avaliação SAEGO**. Universidade Federal de Juiz de Fora: Juiz de Fora, 2015. Disponível em <http://www.saego.caedufjf.net/> acesso em 08/02/2019.

LIBÂNEO, José Carlos; FREITAS, Raquel A. Marra Madeira (org.). **Políticas educacionais neoliberais e escola pública**: uma qualidade restrita de educação escolar. Goiânia: Editora Espaço Acadêmico, 2018.

MARTINS, Ângela Maria. A descentralização como eixo das reformas do ensino: uma discussão da literatura. **Educação e Sociedade**, ano XXII, n. 77, dez. 2001.

SANTOS, Ana Lúcia Felix; ANDRADE, Edson Francisco; MARQUES, Luciana Rosa (org.). **Políticas educacionais no estado de Pernambuco**: discursos, tensões e contradições. Recife: Ed. UFPE, 2019.